



308

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0017200.2012.8.17.0000 (0284292-2)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
RECORRENTES: DJEVAN SOARES DO NASCIMENTO E
CARLOS EDUARDO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MELO SILVA SALES
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. EXISTÊNCIA MANIFESTA DE CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. IMPROCEDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO INEQUÍVOCA DA LEGÍTIMA DEFESA. DESPRONÚNCIA. INACOLHIMENTO. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE SUFICIENTES PARA REMETER O CASO AO JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. PRONÚNCIA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A decisão de pronúncia baseia-se em um mero juízo de prelibação, bastando a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade para justificar a apreciação da matéria pelo Tribunal do Júri.
2. O legislador ao permitir a absolvição sumária no procedimento do júri, o fez para as situações em que a existência das causas de exclusão da ilicitude ou culpabilidade sejam manifestas, extremas de dúvidas, o que não ocorreu no caso em epígrafe.
3. Recurso em sentido estrito denegado. Decisão unânime

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0017200.2012.8.17.0000 (0284292-2), da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, em que figura(m), como Recorrentes, **Djevan Soares do Nascimento e Carlos Eduardo da Silva** e, Recorrido, **Ministério Público**

CF - 6



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

309

do Estado de Pernambuco, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **negar provimento aos recursos**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 20 de 03 de 2013 .


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0017200.2012.8.17.0000 (0284292-2)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
RECORRENTES: DJEVAN SOARES DO NASCIMENTO E
CARLOS EDUARDO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MELO SILVA SALES
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Djevan Soares Nascimento e Carlos Eduardo da Silva se insurgem, tempestivamente, contra a decisão de **fls. 241/242**, que os pronunciou por haverem indícios de terem incorrido, com relação à vítima Edgleison Ferreira da Silva, nas penas do art. 121, § 2º, incisos II, III e IV c/c o art. 29, ambos do CP; e com relação à vítima Valdênio Gomes da Silva, nas penas do art. 121, § 2º, inciso II, III e IV c/c o art. 14, inciso II e o art. 29, todos do Código Penal Brasileiro¹.

¹ Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, 6 a 20 anos.

§ 2º. Se o homicídio é cometido

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido

Pena – reclusão de 12 a 30 anos

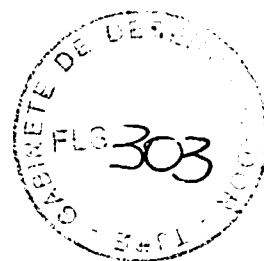
Art. 14. Diz-se o crime

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente

Art. 29. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



O Recorrente **Djevan Nascimento** pugna em suas razões recursais apresentadas às **fls. 249/252**, pela sua absolvição sumária, sob o argumento de que há provas concretas nos autos de que o mesmo agiu em legítima defesa com a moderação necessária à espécie da agressão.

Por sua vez, o Recorrente **Carlos Silva** requer em suas razões de recurso às **fls. 257/271**, a sua despronúncia, por entender que não há indícios suficientes que o aponte como sendo o autor do crime.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público apresentou contrarrazões às **fls. 274/278 e 279/282**, posicionando-se pelo não provimento de ambos os recursos.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofertou parecer, às **fls. 296/299**, manifestando-se pelo desprovimento dos recursos.

Inclua-se em pauta.

Recife, 04 de 03 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



310

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0017200.2012.8.17.0000 (0284292-2)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
RECORRENTES: DJEVAN SOARES DO NASCIMENTO E
CARLOS EDUARDO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MELO SILVA SALES
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Os Recorrentes foram denunciados e pronunciados por dois crimes de homicídio qualificado, um consumado e outro tentado, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, no dia 24 de agosto de 2003, os Recorrentes assassinaram a vítima Edgleison Ferreira da Silva, pelas costas, impossibilitando-lhe a defesa, quando este se encontrava bebendo num bar localizado em frente a sua residência, na Praça Fábio Correia, no Alto José do Pinho, nesta capital. Informa a exordial que a vítima Edgleison Silva se dirigiu, por volta das 17:30 horas ao local conhecido por "Bar do Trailer", acompanhado por sua irmã, momento em que avistou o Recorrente Djevan Nascimento, que o conhecia, encostado numa moto estacionada no local. Sem nada desconfiar, a vítima se dirigiu normalmente ao bar e, no momento em que passava uma procissão a qual era seguida em média por duzentas pessoas, foi a vítima, segundo testemunhas, atingida por diversos projéteis disparados pelo referido Recorrente, os quais o conduziram a morte. No mesmo ato, a vítima Valdêncio Silva foi atingida na coxa direita, sendo socorrido imediatamente e não vindo a óbito por motivos alheios a vontade do Recorrente.

EBGF

3



311

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Após os disparos o Recorrente Djevan Nascimento subiu na garupa da moto conduzida pelo Recorrente Carlos Silva, que o aguardava e empreendeu fuga do local do crime. Posteriormente, em seu interrogatório policial, o Recorrente Djevan Nascimento confessou a autoria do crime e afirmou que se dirigiu até o local acompanhado do Recorrente Carlos Silva, com o intuito de matar a vítima Edgleison, já que este era um malfeitor e havia feito menção de sacar uma arma para matá-lo.

A materialidade do crime está devidamente demonstrada através da perícia tanatoscópica de fls. 54, da perícia traumatológica de fls. 219, do prontuário de atendimento de fls. 216/217 e da fotografia de fl. 206.

Inicialmente, vale ressaltar que decisão de pronúncia é um juízo de mera prelibação em que o magistrado aponta a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva e, em seguida, encaminha a matéria ao juiz natural, constitucionalmente soberano, que é o Júri.

Com efeito, o legislador concedeu ao juiz, ainda na fase do *judicium accusatione*, o poder de, fundamentadamente, absolver sumariamente o réu nos casos em que ficar provado a inexistência do fato; a não participação do acusado no delito; ser o fato atípico e quando for demonstrada causa de isenção de pena (excludentes de culpabilidade) ou exclusão do crime (excludentes de ilicitude).

Contudo, assim como ocorre com a absolvição sumária do art. 397 do CPP, destinada aos demais procedimentos, a existência das causas excludentes de ilicitude devem ser manifestas, ou seja, extremas de dúvidas, senão o feito deve seguir para a instrução criminal.

Assim sendo, verifica-se através do depoimento das testemunhas Erica Ferreira da Silva (fls. 24/25 e 157), Geraldo Braz da Cruz (fls. 36/37 e 165), Eliane Ferreira da Silva (fls. 38/40 e 156/157), Ednaldo Tavares da Silva (fls. 56/57 e 158)



312

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

e da vítima Valdênio Gomes da Silva (42/43 e 155), que há indícios suficientes de que os Recorrentes são os autores do crime.

Impende ressaltar que o Recorrente Djevan Nascimento confessou em seus interrogatórios (fls. 70/71 e 130), que efetivamente assassinou a vítima no dia da procissão e que o Recorrente Carlos Silva, que o acompanhava e o ajudou na fuga, tinha conhecimento de que o delito iria ocorrer naquele momento, impossibilitando, portanto, a absolvição sumária, por não haver comprovação manifesta de ter o ato sido praticado sob o amparo da legítima defesa, com relação ao Recorrente Djevan Nascimento, bem como a despronúncia, em relação ao Recorrente Carlos Silva, em face dos indícios suficientes acerca da unidade de desígnios dos Recorrentes para a consumação do crime.

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** aos recursos, por haver indícios suficientes para submeter o caso ao julgamento do Tribunal do Júri.

Recife, 20 de 03 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator